

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**Recuperação Judicial nº 5000531-34.2021.8.24.0062**  
**1ª Vara da Comarca de São João Batista/SC**

Recuperandas:

**N & C Indústria de Calçados Ltda**  
**e demais Devedoras**

**Dezembro de 2022**

**BRIZOLA E JAPUR**  
Administração Judicial



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## ÍNDICE

• 1. Considerações Preliminares.....	3
• 2. Encontro com a Administração.....	4
• 3. Registros das Recuperandas em Atividade.....	8
• 4. Breve Histórico.....	9
• 5. Estrutura Societária.....	10
• 6. Estágio Processual.....	11
6.1. Histórico Processual.....	12
6.2. Cronograma Processual.....	14
• 7. Cumprimento do PRJ.....	15
7.1. Quadro Geral de Credores.....	16
7.2. Condições de Pagamento do Plano.....	17
7.3. Premissas de pagamento do PRJ.....	18
7.4. Fiscalização do Cumprimento do PRJ.....	19
• 8. Informações Adicionais.....	21
8.1. Quadro de Funcionários e Outras Informações.....	22

# 1. Considerações Preliminares

Para se chegar às conclusões apresentadas no presente Relatório foram tomadas como boas e válidas as informações:

- (i) contidas nas demonstrações contábeis das Recuperandas; e
- (ii) expostas nas discussões conduzidas com membros integrantes da Administração da Devedora sobre seus negócios e operações.

Este relatório e as opiniões aqui contidas têm a finalidade de prestar informações a todos os interessados no presente processo, observando o fato de que qualquer leitor deste relatório deve estar ciente das condições que nortearam este trabalho.

Cumpre referir que nenhum dos profissionais que participaram da elaboração deste relatório têm qualquer interesse financeiro na Recuperanda ou qualquer relação com quaisquer das partes envolvidas, o que caracteriza a independência desta Equipe Técnica em relação ao presente trabalho.

Ato contínuo, destaca-se que o escopo do presente Relatório foi fundamentado na Recomendação Nº 72 do Conselho Nacional de Justiça ("CNJ"). A orientação foi publicada em 19 de agosto de 2020 e visa **padronizar os relatórios de atividades** apresentados pelos administradores judiciais.

Exceto quando expressamente mencionado, os valores indicados neste relatório **estão expressos em reais**.

Todos os relatórios de atividades elaborados por esta Equipe também poderão ser consultados no **site** da **Administração Judicial**, conforme endereço:

**<https://brizolaejapur.com.br/casos/recuperacoes/grupo-contramao>**



## 2. Encontro com a Administração – 11.11.2022

---

No dia 11/11/2022, a Administração Judicial, na oportunidade representada pela Sra. Isabela Reinaldo, **realizou visita in loco** nas fábricas das Recuperandas para acompanhar e fiscalizar as atividades, de modo a se inteirar do andamento da operação.

Além da Equipe Técnica da Administração Judicial, estava presente o Sr. **Hermínio Osmar dos Santos (sócio)**.

Em uma abordagem inicial, a Administração Judicial solicitou um panorama a respeito da situação atual das atividades.

Inicialmente, o Representante das Empresas comentou que a situação que já estava complicada piorou com as vendas fracas no último inverno. A expectativa é que as vendas tenham leve melhora no fim do ano.

Outrossim, no que diz respeito aos **colaboradores**, o Sr. Hermínio comentou que há 3 vagas abertas e que as Empresas têm encontrado dificuldade em realizar contratações. Ainda sobre os funcionários, foi dito que está previsto para dezembro **férias coletivas** nas Empresas.

Ato contínuo, questionado a respeito do fluxo de caixa, o Sr. Hermínio comentou que atualmente **100% da carteira de recebíveis está sendo antecipada** a fim de equilibrar os fluxos de pagamentos com os de recebimentos.

No tocante as **obrigações correntes**, foi dito que os passivos relacionados a água, luz e folha de colaboradores estão sendo pagas em dia. Ademais, destacou-se que há atrasos no pagamento de valores tributários, bem como depósitos de INSS e FGTS de colaboradores.

Questionado a respeito dos pagamentos dos **créditos concursais**, o representante das Devedoras informou que não foram realizados novos pagamentos além dos comprovantes já enviados para a Administração Judicial (já analisados e verificados nos últimos Relatórios de Atividades).

No que tange aos **créditos concursais com bancos públicos e sociedades de economia mista**, o sócio das Recuperandas comentou que estão em tratativas com os bancos **Banrisul, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal**, e que até o momento não foram realizados pagamentos.

## 2. Encontro com a Administração – 11.11.2022

---

Ademais, mencionou que também estão negociando o crédito extraconcursal com o **BADESC**.

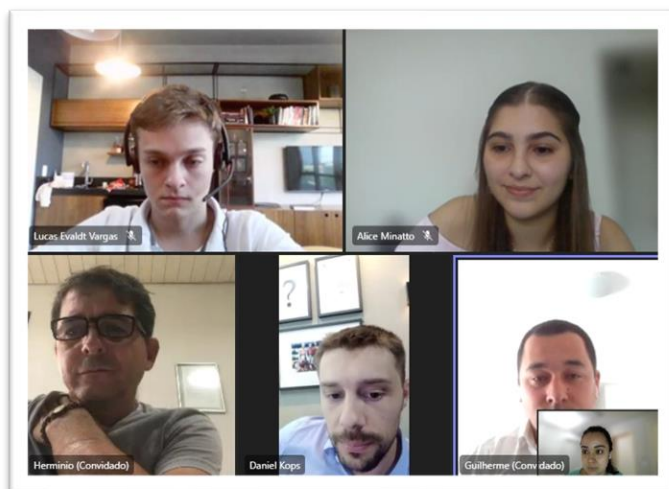
Por fim, questionado a respeito **da renúncia do mandato dos Advogados do escritório da Lollato Lopes Rangel Ribeiro Advogados**, o Sr. Hermínio comentou que foi pego de surpresa com a notificação e que já estaria negociando com um outro Advogado para assumir o caso.

Ficou acordado então que esta Equipe Técnica agendaria, ainda no mês de novembro, reunião virtual com o Sr. Hermínio e o novo Advogado das Empresas. Na ocasião também será esclarecido as questões referentes aos pagamentos dos créditos concursais, principalmente no que tange os bancos públicos e sociedades de economia mista.



## 2. Encontro com a Administração – 29.11.2022

Em primeiro lugar, destaca-se que este relatório aborda as atualizações gerais repassadas à equipe da Administração Judicial no momento da reunião com a administração das Recuperandas, a qual ocorreu no dia **29 de novembro de 2022** de forma remota. Segue imagem do encontro:



As Recuperandas foram representadas pelo sócio Sr. Hermínio e pelo novo advogado Dr. Guilherme Falceta.

Em uma abordagem inicial, a Administração Judicial, na oportunidade representada pelo Sr. Daniel Kops, Sra. Isabela Reinaldo e Sra. Alice Minatto, se apresentou ao novo Advogado das Devedoras e teceu considerações a respeito do andamento dos trabalhos.

Ato contínuo, a Equipe Técnica solicitou um panorama a respeito do **cumprimento do Plano de Recuperação Judicial**, principalmente no que concerne ao pagamentos dos créditos concursais relacionados aos Bancos Públicos e Sociedades de Economia Mista.

Inicialmente, o Dr. Guilherme esclareceu que trata-se de uma situação complexa uma vez que apesar do PRJ aprovado em ato assemblar prever que tais créditos obedeçam as condições originais de cada contrato, as Recuperandas não possuem condições de adimplir as parcelas vencidas à vista, tampouco pagar a integralidade do crédito hoje. Nesse cenário, as Recuperandas destacaram que estão em tratativas com esses credores e se manifestarão nos autos do processo requerendo a **convocação de audiência de mediação** para renegociar a proposta de pagamento.

Outrossim, caso não seja deferido o pleito, as Devedoras apresentarão **pedido de modificativo do PRJ** para ser submetido à aprovação em nova Assembleia Geral de Credores. Ademais, o Representante das Empresas ressaltou que o PRJ, com exceção das condições fornecidas aos bancos públicos, possui condições viáveis de ser cumprido.

## 2. Encontro com a Administração – 29.11.2022

---

Ato contínuo, questionado a respeito das perspectivas para os próximos períodos, o Sr. Hermínio comentou que o setor calçadista é sensível ao cenário político, assim a incerteza causada pelas **manifestações contrárias ao resultado das eleições 2022** provoca inseguranças nos clientes para fechar novos contratos. Dessa forma, as Devedoras condicionam a melhora do faturamento a estabilidade das incertezas políticas.

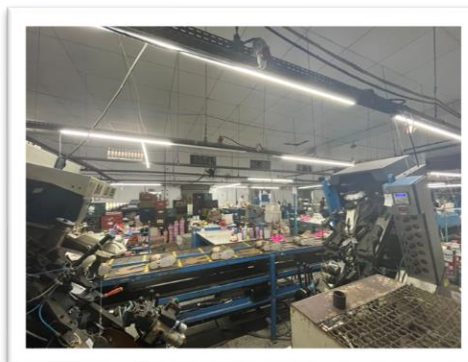
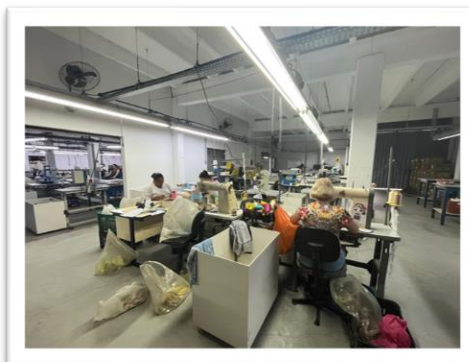
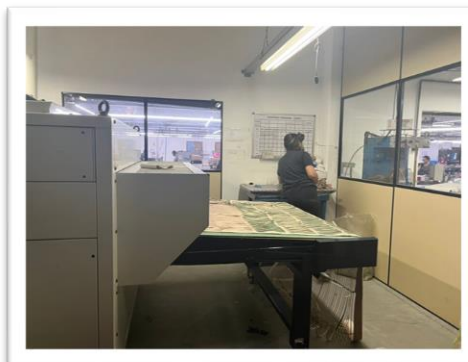
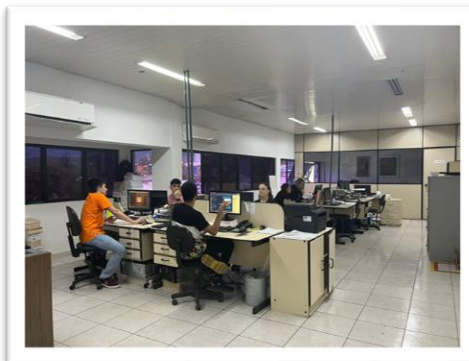


### 3. Registros das Recuperandas em Atividade

Além dos registros fotográficos da operação, esta Administração Judicial também disponibiliza os vídeos das Recuperandas em atividade através do QR Code abaixo:



Os registros ora apresentados foram realizados por esta Equipe no momento da visita técnica realizada em 11/11/2022.

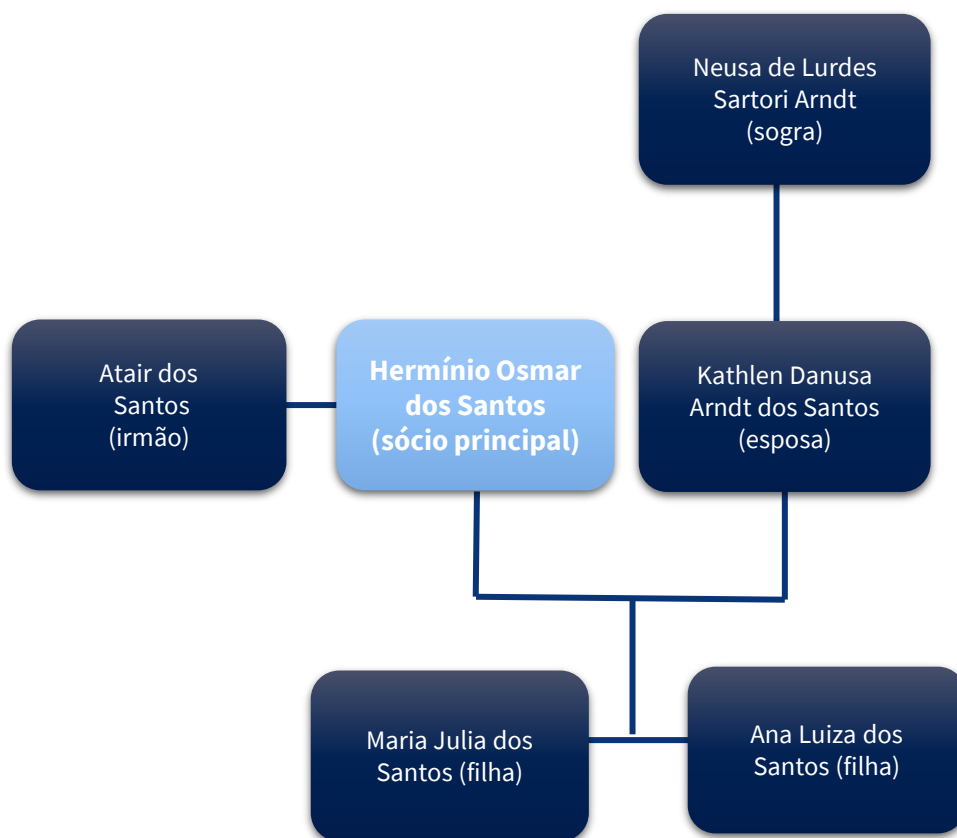


## 4. Breve Histórico



## 5. Estrutura Societária

A composição societária do Grupo Contramão é totalmente familiar. O Sr. Hermínio Osmar dos Santos é quem exerce a administração de fato de todas as Empresas. Para facilitar a compreensão, apresenta-se breve diagrama do vínculo familiar entre os sócios:



### INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS GUILHERMINA SANTOS LTDA.

Sócios: Ana Luiza dos Santos (90%) e Atair dos Santos (10%)

### N&C INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.

Sócios: Herminio Osmar dos Santos (93,26%) e Kathlen Danusa Arndt dos Santos (6,74%)

### STS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Sócios: Ana Luiza dos Santos (50%) e Maria Julia dos Santos (50%)

### FORMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E COMPONENTES EIRELI

Sócio: Maria Julia dos Santos (100%)

### ANA CAROL COMÉRCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA.

Sócios: Kathlen Danusa Arndt dos Santos (90%) e Neusa de Lurdes Sartori Arndt (10%)

### STS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Sócios: Ana Luiza dos Santos (50%) e Maria Julia dos Santos (50%)

## **6. ESTÁGIO PROCESSUAL**

6.1. Histórico Processual

6.2 Cronograma Processual

## 6.1. Histórico Processual

Trata-se de Recuperação Judicial requerida em 10/02/2021 por um grupo econômico em litisconsórcio ativo dedicado à produção industrial de calçados das marcas “Contramão”, “Maria Caramelo” e “Bellavine”, com atuação também no varejo calçadista (Evento 1).

Distribuída a petição inicial, sobreveio despacho determinando a realização de perícia prévia, nos termos da Recomendação nº 57/2019 do CNJ, para constatar a adequação da documentação apresentada e as reais condições de funcionamento das Empresas.

Com a entrega do Laudo de Perícia Prévia (Evento 40), foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em 25/02/2021 (Evento 43), nomeando-se esta Equipe Técnica para o cargo de Administradora Judicial.

No mesmo despacho, autorizou-se a consolidação substancial de ativos e passivos das requerentes por integrarem o mesmo grupo econômico e preencherem os requisitos do art. 69-J da Lei nº 11.101/2005.

Sendo assim, tendo como dies a quo a data da decisão que deferiu o processamento, o prazo de 180 dias de suspensão das ações e execuções (stay period), previsto nos artigos 52, III, c/c 6º, §4º, da LRF,

findará em 28/05/2021.

As correspondências previstas no art. 22, I, “a”, da Lei nº 11.101/2005, foram remetidas logo após a investidura no encargo. O edital de que trata o art. 52, §1º, da Lei nº 11.101/0005, foi veiculado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 25/03/2021, considerando-se publicado no dia 26/03/2021, marco do início da fase administrativa de verificação de créditos conduzida pela Administração Judicial.

Assim sendo, a Administração Judicial analisou todas as habilitações e as divergências recebidas, bem como os documentos e registros contábeis que atestam a hígidez dos créditos declarados pelas Recuperandas, entregando, em 04/06/2021, as relações de credores de que trata o art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005. Concomitantemente, dentro do prazo legal, em 07/05/2021, as Recuperandas apresentaram o plano de recuperação judicial.

A Administração Judicial analisou as habilitações e as divergências recebidas, bem como os documentos e registros contábeis que atestam a hígidez dos créditos declarados pelas Recuperandas, o que culminou com a entrega da relação de credores do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005.

## 6.1. Histórico Processual

Em seguida, foi veiculado no Diário da Justiça Eletrônico o edital conjunto contendo a lista de credores do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 e o aviso de recebimento do plano de recuperação do art. 53, parágrafo único, do mesmo diploma, considerando-se publicado em 22/06/2020.

Com a publicação do edital, transcorreu o prazo de 30 dias para apresentação de objeções ao plano de recuperação e o prazo de 10 dias para apresentação de impugnações à lista de credores.

Em razão da apresentação de objeções ao plano, foi convocada Assembleia-Geral de Credores para os dias 24/09/2021, em primeira convocação, e 20/10/2021, em segunda convocação.

Instalada em segunda convocação, a Assembleia-Geral de Credores foi suspensa até o dia 13/12/2021. Retomados os trabalhos nesta data, o representante das Recuperandas ponderou pela necessidade de nova suspensão dos trabalhos.

Submetida a proposta à votação dos credores, foi aprovada a suspensão do conclave até o dia 03/02/2022, às 15 horas, através da mesma plataforma virtual. Na ocasião, em que pese findo o prazo legal para encerramento dos trabalhos assembleares, foi posto em votação, face o ainda andamento das negociações entre as

Devedoras e os credores, novo pedido de suspensão excepcional do conclave, assim como o plano de recuperação judicial apresentado.

Submetido o resultado da Assembleia-Geral de Credores ao crivo do Juízo, foi deferido o pedido de suspensão excepcional do conclave, sendo expressamente vedada a postulação de nova prorrogação dos trabalhos assembleares.

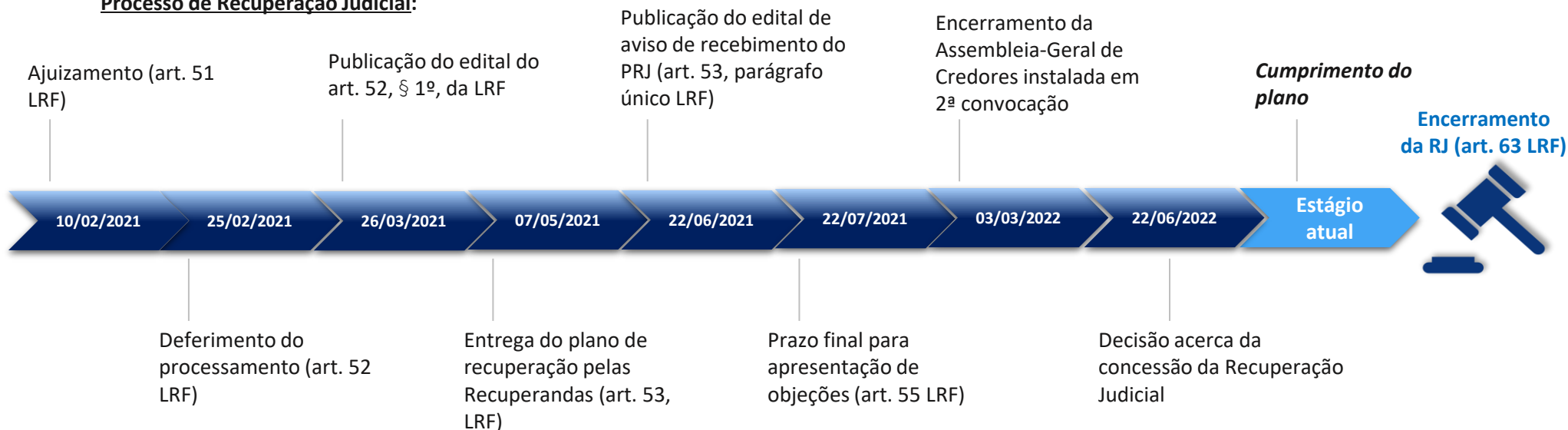
Desse modo, em conformidade com a decisão judicial, foram retomados os trabalhos em 03/03/2022, oportunidade em que foi posto em deliberação o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas.

Ato subsequente, o resultado da Assembleia-Geral de credores foi homologado pelo Juízo na decisão do Evento 858. Assim, atualmente, o processo se encontra no período de fiscalização a que se refere o art. 61 da Lei nº 11.101/2005.

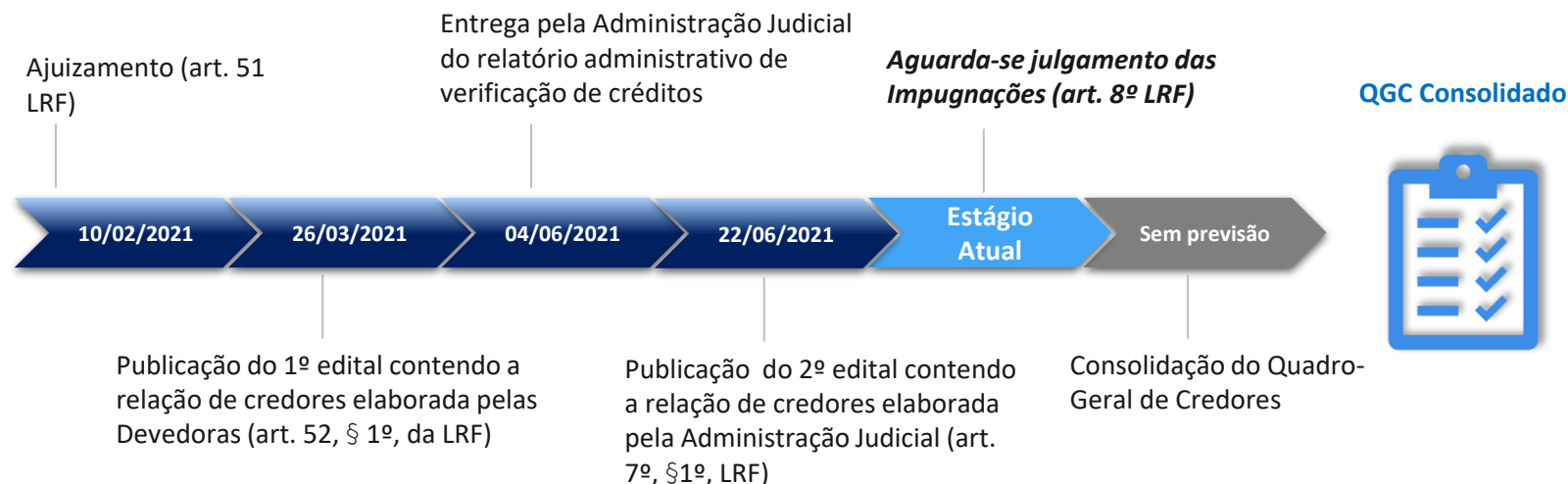
É como se encontra o processo.

## 6.2. Cronograma Processual

### Processo de Recuperação Judicial:



### Verificação de Créditos:



## **7. CUMPRIMENTO DO PRJ**

7.1. Quadro-Geral de Credores

7.2 Condições de Pagamento do Plano

7.3 Premissas de Pagamento do PRJ

7.4 Fiscalização do Cumprimento do Plano

## 7.1 Quadro-Geral de Credores (não consolidado)

Apresenta-se abaixo a lista de credores atualizada por devedora no que diz respeito ao valor de cada classe e também à quantidade de credores:

EMPRESA	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	TOTAL
ANA CAROL	-	95.000,00	598.846,53	-	<b>693.846,53</b>
ANDREGTONI	12.032,00	-	449.989,32	-	<b>462.021,32</b>
FORMENTO	-	-	90.939,89	-	<b>90.939,89</b>
GUILHERMINA	24.121,68	350.000,00	942.335,80	-	<b>1.316.457,48</b>
N&C	58.389,86	319.595,48	7.668.812,44	342.587,55	<b>8.389.385,33</b>
STS	-	-	269.034,77	40.866,26	<b>309.901,03</b>
<b>TOTAL</b>	<b>94.543,54</b>	<b>764.595,48</b>	<b>10.019.958,75</b>	<b>383.453,81</b>	<b>11.262.551,58</b>

EMPRESA	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	TOTAL
ANA CAROL	4	1	4	-	<b>9</b>
ANDREGTONI	1	-	5	-	<b>6</b>
FORMENTO	1	-	3	-	<b>4</b>
GUILHERMINA	55	1	5	-	<b>61</b>
N&C	17	1	144	67	<b>229</b>
STS	-	-	8	9	<b>17</b>
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>3</b>	<b>169</b>	<b>76</b>	<b>326</b>



## 7.2 Condições de Pagamento do Plano

Apresenta-se abaixo um quadro resumo das formas de pagamentos previstas no plano aprovado em Assembleia-Geral de Credores:

CLASSE	SUBCLASSE	DESÁGIO	CARÊNCIA	PRAZO	CORREÇÃO	PARCELAS
CLASSE I	Créditos até o limite de 150 salários mínimos	50%	Não se aplica	12 (doze) meses, contados a partir da decisão que homologar o plano de recuperação judicial	TR a partir da data do protocolo do pedido de RJ	-
	Saldo remanescente	85%	36 meses	120 meses, sendo a primeira delas com vencimento para o dia 20 do mês subsequente ao término do período de carência	TR a partir da data do protocolo do pedido de RJ	120
CLASSE II	-	não há	12 meses	108 meses, sendo a primeira com vencimento após os 12 meses de carência	TR + 0,5 % a.m incidentes desde a data do pedido da Recuperação Judicial até a data da aprovação do plano em assembleia; TR + 1.0% a.m incidentes sobre o saldo devedor total a partir da aprovação do plano em assembleia	108
CLASSE III	-	85%	36 meses	120 meses, sendo a primeira delas com vencimento para o dia 20 do mês subsequente ao término do período de carência	TR	120
CLASSE IV	-	85%	36 meses	120 meses, sendo a primeira delas com vencimento para o dia 20 do mês subsequente ao término do período de carência	TR	120

## 7.3 Premissas de pagamento do PRJ

- **TRATAMENTO ESPECIAL A CREDORES FORNECEDORES, FOMENTADORES OU PARCEIROS, INDEPENDENTEMENTE DA CLASSE A QUE PERTENÇAM.** Os Credores Colaboradores são aqueles que mantiverem e/ou incrementarem o fornecimento de matéria-prima e de linhas de créditos, s, na forma estabelecida nesta cláusula. Como as recuperandas continuam dependente das parcerias que ocorriam anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, os Credores Colaboradores contribuíram e contribuem, de forma estratégica, para alcançar os objetivos previstos no art. 47, da LRF, o que beneficiará a manutenção das atividades das recuperandas e garantirá a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses da coletividade dos credores. A medida se faz necessária para, de um lado, oferecer aos Credores Colaboradores a melhor proposta de pagamento dentro das possibilidades das recuperandas e, de outro, não comprometer o caixa e a continuidade das atividades das empresas. Dessa forma, esta cláusula tem o único propósito de alinhar a proposta de pagamento aos Credores Colaboradores e os interesses mútuos das recuperandas e desses credores que são essenciais a continuidade das atividade;
- **AOS CREDORES COLABORADORES FINANCEIROS – FUNDOS DE INVESTIMENTO E SECURITIZADORAS.** Destinada aos credores financeiros (Fundos de Investimento e Securitizadoras) que já detém créditos concursais junto às recuperandas. Para aderir a cláusula em questão, além de votar favoravelmente ao plano de recuperação judicial, o credor tem que estar disposto a realizar fomentos e/ou desconto de títulos para as 19 recuperandas, com taxa não superior a 1,8% ao mês, mediante análise própria de riscos/sacados. Aos credores que aceitarem continuar fomentando (realizando fomentos e/ou desconto de títulos) as atividades das recuperandas, na foram acima ajustada, receberão seus créditos da seguinte maneira: i) deságio: 20% (vinte por cento); ii) em cada nova operação realizada, retenção de 10% (dez por cento) para amortização dos valores consolidados no quadro de credores; iii) efetuadas as primeiras 30 (trinta) retenções, caso não seja quitada a dívida, o saldo remanescente será dividido em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas e assim quitado; iv) início do pagamento: 30 (trinta) dias após a publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial; v) correção monetária: CDI;
- **PAGAMENTO AOS CREDORES COLABORADORES FINANCEIROS – BANCOS PRIVADOS.** destinada aos credores financeiros (Bancos Privados) que já detém créditos concursais junto às recuperandas. Para aderir a cláusula em questão, além de votar favoravelmente ao plano de recuperação judicial, o credor tem que estar disposto a realizar fomentos e/ou desconto de títulos para as recuperandas, com taxa não superior a 1,5% ao mês, mediante análise própria de riscos/sacados. Aos credores que aceitarem continuar fomentando as atividades das recuperandas, na foram acima ajustada, receberão seus créditos da seguinte maneira: i) deságio: 20% (vinte por cento); ii) em cada nova operação realizada, retenção de 5% (cinco por cento) para amortização dos valores consolidados no quadro de credores; iii) efetuadas as primeiras 30 (trinta) retenções, caso não seja quitada a dívida, o saldo remanescente será dividido em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas e assim quitado; iv) início do pagamento: 30 (trinta) dias após a publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial; v) correção monetária: CDI;
- **PAGAMENTO DOS BANCOS PÚBLICOS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.** Denota-se que o tratamento diferenciado, com previsão legal disposta no art. 45, §3º da Lei 11.101/2005 e, neste caso, conferido aos Bancos Públicos e Sociedades de Economia Mista, em nada altera a natureza do crédito, mantendo-se o mesmo como CONCURSAL, da forma e valor como inserido na relação de credores consolidada pela Administração Judicial. Portanto, aos referidos créditos, muito embora sejam mantidas as condições originalmente previstas contratualmente, continuarão sendo aplicados os parâmetros da Lei 11.101/2005 – porquanto se tratam de créditos concursais – quanto a (i) suspensão de cobrança a partir do ajuizamento do pedido de recuperação judicial até a homologação do plano – art. 6º da LREF; (ii) impossibilidade de aplicação de juros e atualização de valores quanto ao crédito devido durante o período de suspensão da mora (prazo supracitado) – arts. 9º, II e 49 da LREF; e, (iii) quanto a impossibilidade de pagamento de um credor em detrimento dos demais – art. 172 da LREF.

## 7.4 Fiscalização do Cumprimento do PRJ

Com o objetivo de fiscalizar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia-Geral de Credores e Homologado pelo juízo, esta Equipe Técnica **solicitou aos representantes das Recuperandas todos os comprovantes dos pagamentos de créditos concursais realizados até o dia 29/11/2022.**

Informou-se que haviam sido pagos apenas créditos de natureza estritamente salarial, de até cinco salários-mínimos, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, cujo prazo para pagamento é de 30 dias (**artigo 54, parágrafo único da Lei 11.101/2005**).

**Outrossim, no que tange ao pagamento em favor dos bancos públicos e sociedades de economia mista, esta Administração Judicial destaca que, conforme mencionado no item 2 do presente relatório, o Dr. Guilherme esclareceu que até o momento da reunião (29/11/2022) não havia sido paga qualquer parcela a esses credores. Destacou ainda que trata-se de uma situação complexa uma vez que apesar do PRJ aprovado em ato assemblar prever que tais créditos obedeçam as condições originais de cada contrato, as Recuperandas não possuem condições de adimplir as parcelas vencidas à vista, tampouco pagar a integralidade do crédito hoje.**

Nesse cenário, os representantes das Devedoras destacaram que estão em tratativas com esses credores e se manifestarão nos autos do processo

requerendo a **convocação de audiência de mediação** para renegociar a proposta de pagamento.

Outrossim, caso não seja deferido o pleito, as Devedoras apresentarão **pedido de modificativo do PRJ** para ser submetido à aprovação em nova Assembleia Geral de Credores. Ademais, o Representante das Empresas ressaltou que o PRJ, com exceção das condições fornecidas aos bancos públicos, possui condições viáveis de ser cumprido.



## 7.4 Fiscalização do Cumprimento do PRJ – Classe I

Discrimina-se abaixo o *status* no que diz respeito aos pagamentos já realizados aos credores da **Classe I – Trabalhistas**, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial:

RECUPERANDA	CLASSE	NOME DO CREDOR	CRÉDITO (QGC)	PAGAMENTO	DÍVIDA RESIDUAL	STATUS DE CUMPRIMENTO
N&C	CLASSE I	ALGACIR ALONSO RODRIGUES	R\$ 87,92	R\$ 87,92	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	ANDERSON VENICIO PEIXE	R\$ 6.964,88	R\$ 6.964,88	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	ANDREIA DE SOUZA	R\$ 85,94	R\$ 85,94	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	CELSO CAVALHEIRO DE MORAES	R\$ 123,84	R\$ 123,84	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	CRISTIANE URBANO RAMOS	R\$ 180,29	R\$ 180,29	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	DOLORES DEL ANTONIO PUEL	R\$ 90,78	R\$ 90,78	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	EVERTON CRISTIANO DA SILVA	R\$ 41,23	R\$ 41,23	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GERALDO DONIZETE GOMES	R\$ 35,84	R\$ 35,84	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GERSON GOMES FERREIRA	R\$ 41,23	R\$ 41,23	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GERVASIO WEILER	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GILBERTO PUEL	R\$ 90,76	R\$ 90,76	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GISLIANE ZSCHORNACK	R\$ 85,95	R\$ 85,95	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	GRAZIELA CAMPOS	R\$ 91,95	R\$ 91,95	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	JANAINA DE LOURDES RIBEIRO	R\$ 94,33	R\$ 94,33	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	JOAO BATISTA FRAGA	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	MARCIANA DALRI COSTA PAVESI	R\$ 435,00	R\$ 435,00	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	MERI TEREZINHA RAITZ	R\$ 68,15	R\$ 68,15	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	RAFAEL COSTA PERREGIL	R\$ 101,86	R\$ 101,86	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	SIRLEI DE FATIMA RIBEIRO	R\$ 31,23	R\$ 31,23	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	TATIANE COUTO BOEIRA	R\$ 75,20	R\$ 75,20	R\$ 0,00	✓
N&C	CLASSE I	VANDERLEI RIBEIRO	R\$ 96,85	R\$ 96,85	R\$ 0,00	✓
			<b>R\$ 9.153,23</b>	<b>R\$ 9.153,23</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

Ante o exposto, até o momento da realização deste relatório, esta Administração Judicial atesta que **as Recuperandas estão cumprindo com o plano de recuperação** aprovado em Assembleia-Geral de Credores no que diz respeito a Classe I.

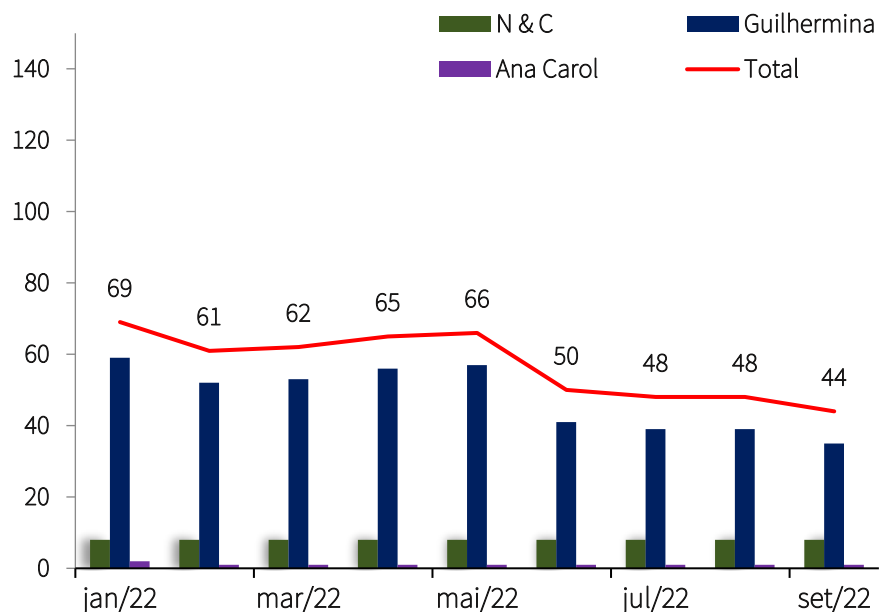
## 8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### 8.1. Quadro de Funcionários e Outros

## 8.1 Quadro de Funcionários e Outras Informações

### NÚMERO DE COLABORADORES ATIVOS

Apresenta-se, a seguir, a evolução do quadro funcional das Recuperandas, conforme informações encaminhadas pela sua administração:



### FATURAMENTO

Apresenta-se, a seguir, a evolução do faturamento acumulado:

Empresa	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22
Ana Carol	102.865	107.447	113.271	120.332	139.202
Andregtoni	-	-	-	-	-
Formento	-	-	-	-	-
N&C	2.940.627	3.237.575	3.612.786	4.045.976	4.434.252
Guilhermina	21.205	37.214	45.932	62.560	95.201
STS	5.400	10.800	16.200	21.600	27.000
<b>Total</b>	<b>3.070.097</b>	<b>3.393.037</b>	<b>3.788.190</b>	<b>4.250.467</b>	<b>4.695.655</b>

### OUTRAS INFORMAÇÕES



De acordo com os Representantes das Recuperandas, as **obrigações contraídas após o ajuizamento da Recuperação Judicial**, tais como salários e fornecedores, estão sendo pagas. Entretanto, de acordo com o Representante das Recuperandas há diversos tributos bem como pagamento de INSS e FGTS em atraso.



Os **honorários devidos à Administração Judicial** de competência novembro de 2022 estava em atraso até a data de elaboração deste relatório.



Não foram constatadas condutas passíveis de enquadramento nas hipóteses descritas nos **incisos do art. 64, da LRF**.

Diante das informações prestadas, a Administração Judicial requer a juntada deste relatório mensal de atividades, formulado **precipualemente** pelos seguintes profissionais, todos da **equipe permanente** desta auxiliar do Juízo:



**Rafael Brizola Marques**  
Coordenador Geral  
OAB/SC 50.278



**Matheus Mombach**  
Advogado  
OAB/RS 105.658



**Luiz Renato Barreto Gomes**  
Advogado  
OAB/PR 66.131



**José Paulo Japur**  
Coordenador Geral  
OAB/SC 50.157



**Daniel Kops**  
Coordenador Contábil  
CRC 96.647/O-9



**Alice Minatto**  
Equipe Jurídica



**Isabela Zeferino Reinaldo**  
Equipe Contábil



**Lucas Evaldt Vargas**  
Equipe Contábil